

Ofício N° 72 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

Brasília, em 8 de outubro de 2020.

Senhora Primeira-Secretária,

Em resposta ao Ofício 1^a Sec/RI/E nº 1426/2020, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 976/2020, de autoria dos deputados Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Marcelo Freixo (PSOL/RJ), Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Áurea Carolina (PSOL/MG), David Miranda (PSOL/RJ), Glauber Braga (PSOL/RJ), Ivan Valente (PSOL/SP), Luiza Erundina (PSOL/SP) e Talíria Petrone (PSOL/RJ), que "solicita ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Ernesto Araújo, informações acerca do tratamento dado a temas ambientais no âmbito da política externa brasileira", presto, a seguir, os esclarecimentos cabíveis.

PERGUNTA 1

"Por que a Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia deste Ministério e seu Departamento de Sustentabilidade Ambiental foram extintos? Quem foram os responsáveis por estas decisões? Solicita-se o envio de estudos que justifiquem estas alterações e cópias de toda documentação e comunicação referente

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira-Secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Anexo(s): 2

Fls. 2 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

à referida reestruturação."

RESPOSTA À PERGUNTA 1

2. A Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e o Departamento de Sustentabilidade Ambiental foram extintos por meio do Decreto nº 9683, de 9 de janeiro de 2019. Em seu lugar, foi criada a Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania e, subordinado a esta, o Departamento de Meio Ambiente, ao qual compete, entre outros assuntos, propor diretrizes de política externa relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A reestruturação foi necessária a fim de se imprimir maior eficiência no tratamento dos temas da agenda ambiental multilateral, de acordo com os interesses soberanos do Brasil.

3. Informações relativas à reestruturação do Ministério das Relações Exteriores poderão ser encontradas no Decreto nº 9683, por meio do sítio eletrônico http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9683.htm

PERGUNTA 2

"Desde janeiro de 2019, quais outras mudanças na estrutura organizacional do Itamaraty em relação a temas ambientais foram implementadas? Quem foram os

Fls. 3 do Ofício N° *702* G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

responsáveis por tais decisões e por que ocorreram? Solicita-se o envio de cópias de toda documentação e comunicação referente a estas alterações."

RESPOSTA À PERGUNTA 2

4. As principais mudanças na estrutura do Ministério das Relações Exteriores, no que se refere a temas ambientais, foram contempladas no referido Decreto nº 9.683/19, que revogou o Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016.
5. As competências sobre meio ambiente da extinta Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, cujo titular ocupava cargo de Direção e Assessoramento Superior (DAS) nível 101.6, passaram para a atual Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, cujo titular ocupa DAS nível 101.6, tendo-se mantido, portanto, o nível hierárquico da chefia. Por sua vez, as competências sobre os temas de energia, ciência e tecnologia migraram para a atual Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos.
6. As competências sobre meio ambiente do extinto Departamento para a Sustentabilidade Ambiental, cujo titular ocupava DAS nível 101.5, passaram para o atual Departamento de Meio Ambiente, cujo titular ocupa DAS nível 101.5. Também nessa unidade, manteve-se o nível hierárquico da chefia.

Fls. 4 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

7. O Departamento de Meio Ambiente conta com duas divisões: a Divisão de Meio Ambiente I e a Divisão de Meio Ambiente II, ambas chefiadas por ocupante de DAS nível 101.4 e assistidas por ocupante de DAS nível 102.2.

8. A Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, chefiada por ocupante de DAS nível 101.4 e assistida por ocupante de DAS nível 102.2, a qual integrava o extinto Departamento para a Sustentabilidade Ambiental, foi transferida para o Departamento de Defesa, vinculado à referida Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania.

PERGUNTA 3

"A atual estrutura organizacional deste Ministério possibilita capacidade de atuação internacional na área ambiental equivalente à que se tinha até 2018? O rebaixamento da referida temática na hierarquia organizacional do Itamaraty significa um rebaixamento de prioridade? Justificar e apresentar estudos e relatórios que embasem as respectivas respostas."

RESPOSTA À PERGUNTA 3

9. A reestruturação organizacional ocorrida no início de 2019 não se relaciona com "rebaixamento" da temática ambiental no âmbito deste Ministério.

Fls. 5 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

Pelo contrário, as modificações visaram, além de dotar sua estrutura organizacional de maior eficiência, atualizar a ação diplomática brasileira frente aos principais acordos ambientais multilaterais, sempre em conformidade com os interesses nacionais.

PERGUNTA 4

"Qual o atual orçamento e quadro de funcionários do Departamento de Meio Ambiente deste Ministério? Qual era o orçamento e quadro de funcionários da extinta Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e de seu Departamento de Sustentabilidade Ambiental?"

RESPOSTA À PERGUNTA 4

10. O orçamento do MRE não possui dotações que contemplem, em particular, a área de meio ambiente. Com relação à extinta Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e seu Departamento de Sustentabilidade Ambiental, encontra-se, em anexo, seu quadro de funcionários em 2019. Igualmente em anexo, está o quadro de funcionários dedicados a esses temas na Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, em 2020.

PERGUNTA 5

"Como este Ministério avalia a atuação internacional do Brasil em relação a temas ambientais no atual governo em comparação aos governos anteriores? Solicita-se uma lista exaustiva de todas as ações deste Ministério, em âmbito bilateral e multilateral, que envolvam questões ambientais e de sustentabilidade desde janeiro de 2019, constando os respectivos objetivos e eventuais resultados."

RESPOSTA À PERGUNTA 5

11. O Brasil mantém protagonismo nos principais foros multilaterais ambientais de que é parte e faz jus a seu papel histórico neste campo.
12. O Brasil manteve coordenação estreita com outros países em desenvolvimento ao longo de 2019, em continuidade à prática de buscar ampliar seu espaço de diálogo e negociação. O Departamento de Meio Ambiente, por meio da Divisão de Meio Ambiente II, participou, por exemplo, de reuniões com Argentina e Uruguai (o agrupamento ABU), em Buenos Aires, em maio de 2019, e em Brasília, em novembro do mesmo ano, as quais resultaram em posicionamentos conjuntos na reunião de órgãos subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (UNFCCC), em junho do ano passado, e na Conferência das Partes em Madri, em dezembro último. Igualmente importante foi a coordenação já tradicional com o grupo BASIC, composto por Brasil, África do Sul, Índia e China.

Fls. 7 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

O Departamento de Meio Ambiente participou, ainda, das reuniões do agrupamento, as quais precedem, normalmente, as reuniões no âmbito da UNFCCC. Tanto com o grupo ABU quanto com o BASIC foi possível articular posições que reiteram o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, um dos principais pilares do regime multilateral de mudança do clima e caro à diplomacia nacional para meio ambiente.

13. A atuação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25) foi marcada por intenso diálogo bilateral com delegações de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com vistas a concluir o Livro de Regras do Acordo de Paris com a finalização das negociações sobre instrumentos cooperativos sob o artigo 6. Reconheceu-se, na ocasião, o empenho da delegação brasileira em flexibilizar posições, tanto quanto possível, para que se chegasse a bom termo. Além disso, avançou-se significativamente nos trabalhos técnicos sobre mercados de carbono, fundamental para que se aproxime de resultado satisfatório na próxima Conferência das Partes, que acontecerá em Glasgow, em 2021. O Ministério das Relações Exteriores organizou, em Brasília, duas reuniões gerais de coordenação previamente à COP-25, a primeira com outros ministérios e a segunda com a participação de representantes da sociedade civil.

14. Ainda sobre o tema referente às negociações sobre mercados de carbono e o artigo 6 do Acordo de Paris, o Brasil esteve presente não somente em

Fls. 8 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

eventos formais, sob a égide da UNFCCC, mas também em reuniões promovidas informalmente por organizações não governamentais, como a "European Roundtable on Climate Change and Sustainable Transition" (ERCST) e a "Oxford Climate Policy", entre outras. O diálogo bilateral, ademais, foi significativamente estreitado, com interações frequentes sobretudo com Estados Unidos, Japão, Suíça e União Europeia, que entabularam conversas produtivas com o governo brasileiro, com vistas a aproximar posições e evitar novos impasses nas negociações.

15. No âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO), o Brasil permanece como ator vocal e participativo nas negociações referentes à mitigação de emissões provenientes da navegação marítima internacional. A delegação brasileira é frequentemente procurada por outros países por suas posições equilibradas e orientadas a salvaguardar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Exemplo disso foi o êxito nas negociações que levaram à adoção da Estratégia Inicial da IMO para a redução de gases de efeito estufa da navegação internacional, no primeiro semestre de 2019. O Brasil atuou construtivamente e influenciou o processo e o resultado final, que garante que quaisquer medidas de mitigação devem levar em conta as necessidades específicas dos países em desenvolvimento, por meio de análise de impacto abrangente que considere aspectos ambientais e sociais.

16. Na Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a delegação

Fls. 9 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

brasileira logrou nomear especialista para o "Technical Advisory Body" (TAB), órgão que congrega especialistas de renome em capacidade pessoal para assessorar o Conselho daquela organização. Os trabalhos do TAB se desenvolveram ao longo de 2019 e foram fundamentais para que, no início de 2020, o Conselho pudesse deliberar sobre aspectos centrais para a implementação do programa CORSIA ("Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation"), esquema de compensação de emissões da aviação civil internacional.

17. Apresenta-se, a seguir, lista de ações deste Ministério, em âmbito bilateral e multilateral, que envolvam questões ambientais e de sustentabilidade desde janeiro de 2019:

- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da 3^a Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG-3, na sigla em inglês) da Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM, na sigla em inglês), em Montevidéu, de 2 a 4 de abril de 2019, bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do Grupo de América Latina e Caribe (GRULAC), em Montevidéu, em 31 de março de 2019. Objetivos: identificação de questões consideradas prioritárias para futura agenda da 5^a Conferência Internacional para a Gestão de Substâncias Químicas, reprogramada para ocorrer em julho de 2021. Resultados: os objetivos estabelecidos até o momento foram alcançados.

Fls. 10 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da 14^a Conferência das Partes da Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito (COP-14, Genebra, de 29 de abril a 10 de maio de 2019), bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do Grupo de América Latina e Caribe (GRULAC), em Montevidéu, de 27 a 29 de março de 2019. Objetivos: deliberações multilateralmente acordadas em aspectos técnico-científicos e políticos com vistas ao fortalecimento dos pilares de controle sobre movimentos transfronteiriços e de manejo ambientalmente adequado de resíduos perigosos e outros resíduos, incluindo certos tipos de plásticos, que passaram a integrar o rol de substâncias sujeitas a maior controle transfronteiriço. Resultados: os objetivos estabelecidos até o momento foram alcançados.
- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da 9^a Conferência das Partes da Convenção de Roterdã sobre o Procedimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (COP-9, Genebra, de 29 de abril a 10 de maio de 2019), bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do GRULAC, em Montevidéu, de 27 a 29 de março de 2019. Objetivos: deliberações multilateralmente acordadas em aspectos técnico-científicos e políticos com vistas à ampliação da regulamentação sobre o comércio internacional de substâncias químicas e agrotóxicos perigosos (com fundamental contribuição brasileira para a listagem do formato no Anexo III da convenção, o qual determina o consentimento prévio informado para seu comércio

Fls. 11 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

internacional), assim como ao aprimoramento da implementação dos dispositivos do tratado com a criação de mecanismo de cumprimento. Resultados: os objetivos estabelecidos até o momento foram alcançados.

- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da 9^a Conferência das Partes da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (COP-9, Genebra, de 29 de abril a 10 de maio de 2019), bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do GRULAC, em Montevidéu, de 27 a 29 de março de 2019. Objetivos: deliberações multilateralmente acordadas em aspectos técnico-científicos e políticos com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente dos poluentes orgânicos persistentes. Resultados: os objetivos estabelecidos até o momento foram alcançados.
- Coordenação da atuação brasileira na 49^a Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em Quioto, de 8 a 12 de maio de 2019. Objetivos: garantir que o refinamento das diretrizes 2019 do Guia de Inventário de Gases de Efeito Estufa do IPCC estivesse de acordo com a ciência mais atual, incluindo a perspectiva regional. Resultados: a delegação brasileira teve êxito ao lograr que o Guia reconhecesse, entre outros pontos, as particularidades das emissões de reservatórios localizados nos trópicos, garantindo contabilidade justa para a energia hidrelétrica produzida no país.

Fls. 12 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

- Coordenação da atuação brasileira na 50ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da UNFCCC, em Bonn, de 17 a 27 de junho de 2020. Objetivos: avançar nos temas pendentes do Livro de Regras do Acordo de Paris e obter decisão equilibrada sobre o orçamento da UNFCCC. Resultados: obteve-se decisão favorável sobre o orçamento da UNFCCC. No tocante ao Livro de Regras de Paris, houve desfecho favorável na área de transparência.
- Coordenação da atuação brasileira na 41ª Reunião do Grupo de Trabalho de Composição Aberta do Protocolo de Montreal (OEWG-41, na sigla em inglês) em Bangkok, de 1º a 5 de julho de 2019. Objetivo: garantir a continuidade do fluxo de suporte técnico e financeiro do Protocolo de Montreal para os países em desenvolvimento substituírem em seus processos as substâncias que destroem a camada de ozônio. Resultados: os objetivos foram alcançados.
- Organização e promoção do II Fórum Brasil-EUA sobre Investimentos Florestais Inovadores, em São Paulo, em 30 e 31 de julho de 2019. Objetivos: intercâmbio de conhecimentos sobre debêntures verdes e outros mecanismos de financiamento com benefícios ambientais. Resultados: os objetivos foram alcançados.
- Coordenação da atuação brasileira na 50ª Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) em Genebra, de 2 a 6 de agosto de 2019. Objetivo: garantir que as visões da ciência brasileira fossem incorporadas no Relatório

Especial sobre Uso da Terra e Mudança do Clima, assegurar abordagem equilibrada de aspectos relevantes do agronegócio e evitar a estigmatização do setor. Resultados: a delegação brasileira logrou, por meio de atuação altamente especializada, que o relatório contemplasse os benefícios da produção de biocombustíveis, fizesse menção à crescente produtividade do setor agrícola, reconhecesse as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento e não singularizasse produtos alimentícios por suas emissões.

- Coordenação da atuação brasileira na 51ª Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), em Mônaco, de 20 a 23 de setembro de 2019. Objetivo: incluir no Relatório Especial sobre Oceanos e Criosfera um número maior de estudos sobre o Atlântico Sul e sobre as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento. Resultado: a delegação brasileira teve êxito ao conseguir maior equilíbrio geográfico no documento.
- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da Cúpula de Ação Climática, em Nova York, em 23 de setembro de 2019, e de seu processo preparatório. Objetivos: de iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, o evento teve como objetivo "acelerar ações para a implementação do Acordo de Paris" e incentivar governos, empresas (incluindo-se do setor financeiro) e sociedade civil a adotarem medidas ambiciosas de mitigação e adaptação à mudança do clima. O Brasil apresentou contribuições a três das nove coalizões formadas para a elaboração de iniciativas

Fls. 14 do Ofício N° *702* G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

ambiciosas: "Infraestrutura, Cidades e Ação Local", "Transição Energética" e "Soluções Baseadas na Natureza". Resultados: as contribuições brasileiras foram devidamente incorporadas à documentação resultante da Cúpula.

- Coordenação da atuação brasileira por ocasião da 3^a Reunião do Processo Intersessional (IP3) da Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas (SAICM, na sigla em inglês), em Bangkok, de 1º a 4 de outubro de 2019, bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do Grupo de América Latina e Caribe (GRULAC), em Bangkok, em 30 de setembro de 2019. Objetivos: prosseguimento de discussões multilaterais acerca de recomendações para futuros arranjos substitutivos à SAICM para o período posterior a 2020. Resultados: o Brasil contribuiu para os debates e assegurou prosseguimento equilibrado das negociações, que serão concluídas em 2021.
- Coordenação da atuação brasileira na 31^a Conferência das Partes do Protocolo de Montreal (MOP-31), em Roma, de 4 a 8 de novembro de 2019. Objetivo: garantir a continuidade do fluxo de suporte técnico e financeiro do Protocolo de Montreal para os países em desenvolvimento substituírem em seus processos as substâncias que destroem a camada de ozônio; garantir a presença brasileira no grupo de cientistas do órgão científico do Protocolo; atuar para que a recomposição do Fundo seja justa e condizente com as necessidades. Resultados: a delegação atuou em coordenação com os demais países latino-americanos e logrou todos os objetivos estabelecidos.

- Organização e promoção de Reunião de Embaixadores de Países Amazônicos e de Potenciais Doadores para divulgação do Fundo BID para o Desenvolvimento Sustentável e a Bioeconomia na Amazônia, em Brasília, em 19 de novembro de 2019. Objetivos: divulgação de projeto em curso de criação de fundo multidoadores administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a promoção do desenvolvimento sustentável e da bioeconomia nos países da Amazônia. Resultados: os objetivos estabelecidos até o momento foram alcançados.
- Coordenação da atuação brasileira na 3ª Conferência das Partes da Convenção de Minamata sobre Mercúrio (COP-3), em Genebra, de 25 a 29 de novembro de 2019, bem como da respectiva reunião de coordenação entre os países do Grupo de América Latina e Caribe (GRULAC), em São Paulo, em 29 e 30 de outubro de 2019. Objetivos: deliberações multilateralmente acordadas em aspectos técnico-científicos e políticos com vistas à proteção da saúde humana e do meio ambiente das emissões e liberações antropogênicas de mercúrio e de compostos de mercúrio. Resultados: foram obtidos resultados equilibrados, particularmente no tocante ao uso do mercúrio em amalgamas dentários e na mineração artesanal.
- Coordenação da atuação brasileira na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na 15ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto e na 2ª Reunião das Partes no Acordo de Paris

Fls. 16 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

(COP-25, CMP 15 e CMA 2, respectivamente), em Madri, de 2 a 13 de dezembro de 2019. Objetivos: com base em duas reuniões preparatórias, coordenadas pelo Ministério das Relações Exteriores, foram definidos como objetivos um desfecho equilibrado das negociações do Livro de Regras do Acordo de Paris no tocante a mercado de carbono e transparência; incorporação da visão dos países em desenvolvimento e do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas nas decisões relativas a Financiamento, Perdas e Danos, Ciência e Tecnologia e Agricultura. Resultados: os objetivos foram alcançados nos temas em que houve decisões. Não foram concluídas as negociações sobre transparência e mercado de carbono. No tocante a este último aspecto, a delegação atuou de forma construtiva e logrou evitar decisão desequilibrada que prejudicaria o Brasil na transição das regras de mercado do Protocolo de Quioto para as que vigorarão no futuro sob a égide do Acordo de Paris.

- Coordenação da atuação brasileira na 52ª Sessão do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em Paris, de 24 a 28 de fevereiro de 2020. Objetivo: aprovação do escopo do sumário para formuladores de políticas públicas do 6º Relatório de Avaliação do IPCC (AR6). Em coordenação com demais países em desenvolvimento, o Brasil atuou para que o escopo fosse equilibrado com relação aos estudos de cada setor produtivo e de cada região e para que o tratamento das emissões de gases de efeito estufa contassem com a série histórica completa. Resultado: o objetivo foi alcançado.

- Coordenação da atuação brasileira na 18ª Conferência das Partes da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES, na sigla em inglês), em Genebra, de 17 a 28 de agosto de 2019. Resultados: na ocasião, o Brasil logrou aprovar quatro propostas de inclusão de espécies ao Anexo da Convenção, contribuindo para a conservação de tubarões, arraias e borboletas. Além disso, o Brasil engajou-se diretamente nas discussões sobre o comércio de madeira de espécies que ocorrem em nosso país, como o cedro e o jacarandá.
- Coordenação da atuação brasileira na 8ª Sessão do Órgão Gestor do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), em Roma, de 11 a 16 de novembro de 2019. O Brasil defendeu ampla revisão do Tratado, buscando facilitar e ampliar a troca de recursos fitogenéticos entre os países, em benefício da agricultura, além de garantir recursos para a conservação dos recursos fitogenéticos existentes nos países em desenvolvimento. Não foi possível, contudo, obter consenso sobre os termos dessa revisão, tendo-se prorrogado a discussão para as próximas sessões do Órgão Gestor.
- Coordenação da atuação brasileira na 13ª Conferência das Partes da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS), em Gandhinagar, de 15 a 22 de fevereiro de 2020. Todas as propostas de emenda aos

Fls. 18 do Ofício N° *702* G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

anexos da CMS foram aprovadas na COP-13. Quatro espécies encontradas na área de distribuição do Brasil foram incluídas nos Anexos: a onça pintada, o tubarão-galha-branca-oceânico, o tubarão-martelo-liso e o cação-bico-de-cristal. A inclusão dessas espécies contribui para os esforços de conservação e promove a cooperação internacional entre os países onde esses animais habitam.

- Coordenação da atuação brasileira na 7ª Sessão da Plenária da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES 7), em Paris, de 29 de abril a 4 de maio de 2019. O Brasil atuou, em coordenação com o Grupo de Países Latino-Americanos e Caribenhos (GRULAC) e com os países megadiversos, para que o Resumo para Formuladores de Políticas do Relatório Global sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, maior estudo já realizado em nível mundial sobre biodiversidade, refletisse fielmente as conclusões do estudo, sem recomendações que o distorcessem e atribuíssem aos países em desenvolvimento responsabilidade desproporcional pela perda da biodiversidade. O objetivo foi alcançado, com a supressão de referências que singularizavam a Amazônia e não levavam em conta os expressivos avanços obtidos por países como o Brasil no combate ao desmatamento desde o começo do século XXI.
- Coordenação da atuação brasileira na 14ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Combate à Desertificação (COP-14), em Nova Déli, de 2 a 13 de setembro de 2019. O Brasil atuou para preservar o escopo original da Convenção,

Fls. 19 do Ofício N° 72 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

evitando seu desvirtuamento e consequente aplicação a regiões outras que não as áridas, semiáridas e subúmidas secas, situadas majoritariamente em países em desenvolvimento. A atuação brasileira contribuiu decisivamente para a criação de Grupo de Trabalho Intergovernamental voltado à otimização dos esforços no combate à seca, bem como para a definição de indicadores de vulnerabilidade à seca pelo Comitê de Interface Ciência-Política.

- Coordenação da atuação brasileira na 1^a e na 2^a Reuniões do Grupo de Trabalho Aberto para a elaboração do Marco Global da Biodiversidade Pós-2020, em Nairóbi, de 27 a 30 de agosto de 2019, e em Roma, de 24 a 29 de fevereiro de 2020. O Brasil atuou para garantir que, durante as discussões para a elaboração do Marco, fossem contempladas as expectativas brasileiras: documento ambicioso, porém realista, que reflita de maneira equilibrada os três objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (conservação, uso sustentável e repartição justa e equitativa de benefícios). Embora o Marco ainda esteja em fase de elaboração, as duas primeiras reuniões serviram para que o Brasil, por meio de pronunciamentos e propostas concretas de seus delegados, deixasse claras as suas expectativas em relação ao documento, bem como para que se articulasse com outros países de modo a facilitar a inclusão de suas posições no Marco.
- Coordenação brasileira nas reuniões do Plano de Ação do Pacto de Letícia para a Amazônia, em Lima, em 21 e 22 de outubro de 2019. O Brasil atuou para que o

Plano de Ação refletisse, do ponto de vista operacional, a orientação política do Pacto de Leticia e suas prioridades para a região amazônica: respeito à soberania dos países; esforço integrado para o progresso econômico, social e ambiental da Amazônia, nos marcos do desenvolvimento sustentável, e monetização dos ativos ambientais da região por meio do desenvolvimento da bioeconomia. O esforço brasileiro foi bem-sucedido e logrou incluir no Plano de Ação referência ao Fundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento de Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, iniciativa apresentada pelo Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

- Coordenação brasileira do 14º Foro de Florestas das Nações Unidas (UNFF-14), em Nova York, de 6 a 10 de maio de 2019. O Foro reuniu cerca de 300 participantes e esteve voltado a discussões técnicas sobre a implementação do Plano Estratégico das Nações Unidas para Florestas 2017-2030. A 15ª sessão do Foro, em 2020, foi realizada de forma virtual, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, motivo pelo qual se optou por adotar resolução apenas de caráter procedural.
- Coordenação da atuação brasileira em temas de sustentabilidade de biocombustíveis da aviação no âmbito das diversas reuniões e grupos de trabalho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), incluindo o Fuels Task Group (FTG), o Committee on Aviation Environmental Protection (CAEP) e o Long Term Global Aspiration Group (LTAG). Como resultado, obteve-se continuada defesa em

Fls. 21 do Ofício N° 702 G/SAC/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

bases científicas das características de sustentabilidade de rotas produtivas potenciais de bioenergia e biocombustíveis de aviação, em particular das rotas mais adequadas à realidade brasileira, e do adequado dimensionamento do papel dos biocombustíveis sustentáveis para a descarbonização futura do setor aéreo.

- Condução das funções de Presidência da Plataforma para o Biofuturo (Biofuture Platform), coalizão de 20 países dedicada à colaboração internacional e troca de experiências para aceleração da bioeconomia sustentável de baixo carbono. Objetivos: negociar e lançar os "Princípios da Biofuturo para Recuperação Pós-Covid com Bioeconomia", incluindo princípios sobre o não-retrocesso e sobre a promoção da sustentabilidade; lançar em evento de alto nível, de iniciativa da Biofuturo no âmbito da Clean Energy Ministerial. Resultados: objetivos alcançados em agosto e setembro de 2020, respectivamente, com impacto na ampliação da consciência internacional sobre a importância e melhores formas de uso de bioenergia e biocombustíveis sustentáveis, bem como dos melhores modelos de política pública para sua disseminação.
- Coordenação da atuação brasileira nas reuniões plenárias da Global Bioenergy Partnership (GBEP), em Roma, de 28 a 30 de outubro de 2019, dedicada ao exame de questões de sustentabilidade da bioenergia. Objetivo: garantir perfil adequado de tratamento da bioenergia no guia de implementação dos Princípios de Sustentabilidade da GBEP. Resultado: objetivo alcançado, por meio da coordenação

e mobilização da delegação brasileira, incluindo representantes acadêmicos.

- Ações de promoção comercial para fortalecimento e expansão de mercados internacionais em bioenergia sustentável, com colaboração de outros ministérios e do setor privado. Foram realizadas conferências em Nova Delhi, Bangkok e Islamabad, em fevereiro e março de 2020, com a participação de especialistas brasileiros. Objetivos: dirimir e dissipar informações incorretas e desconhecimentos sobre biocombustíveis, em particular etanol, e promover soluções ligadas a regulamentação, políticas públicas e cadeia produtiva, abrindo espaço para produtos e serviços brasileiros. Resultados: expressiva participação de autoridades, empresários e acadêmicos dos países envolvidos, com elevado interesse e engajamento nos temas discutidos. Relatório da missão foi elaborado, com proposta de retomada das linhas de cooperação abertas.

18. No contexto regional, entre outras medidas, este Ministério adotou série de ações com vistas a fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em cuja carteira de projetos há diversas iniciativas relacionadas à proteção do meio ambiente. Listam-se, a seguir, as propostas de temática ambiental desenvolvidas no âmbito do organismo regional, em cujas negociações e atividades o governo brasileiro se engajou em 2019 e 2020, buscando contribuir positivamente para seu encaminhamento:

- 2^a fase do "Projeto Amazonas" - Projeto Piloto da Rede Regional de

Monitoramento Hidrometeorológico da Bacia Amazônica, em execução;

- "Projeto Bioamazônia" - Conservação de espécies ameaçadas pelo comércio não sustentável - sob cujo guarda-chuva estão o Observatório Regional da Amazônia e a Rede de Centros de Investigação Amazônica, em execução;
- "Programa Regional de Biodiversidade Ecológica" - em elaboração;
- Avaliação rápida de diversidade biológica e serviços ecossistêmicos na Região Amazônica - em negociação;
- "Projeto Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para garantir a gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do rio Amazonas considerando a Variabilidade e a Mudança Climática" - conta com recursos aprovados pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, ações deverão ser lançadas até janeiro de 2021;
- "Fortalecimento da Gestão Florestal Sustentável nos Países Membros da OTCA, mediante a Aplicação dos Critérios e Indicadores - C&I Amazônicos (OTCA/Organização Internacional de Madeiras Tropicais)" - em elaboração;
- "Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica" - em negociação;
- "Estudo sobre a situação do mercúrio e desenvolvimento de uma proposta de estratégia regional sobre mercúrio na Bacia Amazônica" - em elaboração;
- Plataforma Tecnológica de apoio à gestão florestal integrada e sustentável da OTCA - em elaboração; e
- Projeto "Proteção ambiental e a gestão sustentável das águas subterrâneas dos principais aquíferos sedimentários da Região Amazônica" - nota conceitual

Fls. 24 do Ofício Nº 7_o2 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

aprovada, projeto em negociação.

PERGUNTA 6

"Quais as autoridades responsáveis e que critérios foram utilizados para se determinar a composição da delegação brasileira para a COP-25? Solicita-se lista exaustiva de todos os membros da referida delegação, constando os respectivos cargos, descritivo das agendas realizadas, e descritivo das funções desempenhadas por cada indivíduo."

RESPOSTA À PERGUNTA 6

19. No âmbito do governo federal, participaram da delegação representantes dos seguintes ministérios: Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Economia (ME). Também participaram representantes da Casa Civil e da Presidência da República. Cada um dos órgãos designou seus representantes segundo suas competências para atuar nas diversas frentes de negociação da Conferência. O MRE manteve estreita coordenação com o MMA e demais órgãos federais para assegurar a melhor atuação da delegação brasileira. Houve participação de funcionários de entidades vinculadas como, por exemplo,

Fls. 25 do Ofício Nº 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

Embrapa e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

20. Foram também credenciados parlamentares e funcionários do Congresso Nacional; representantes de governos e legislativos estaduais e municipais, além de representantes de empresas estatais, da sociedade civil e do setor privado. Esses membros da delegação participaram de debates do segmento de alto nível e de eventos paralelos, mas não atuaram como negociadores.

21. A lista completa da delegação, com as respectivas afiliações institucionais e atribuições, é apresentada em anexo.

PERGUNTA 7

"Este Ministério possui avaliações sobre os impactos da política ambiental brasileira sobre as relações comerciais brasileiras e/ou sobre investimentos externos no país? Em caso afirmativo, favor detalhá-las e enviar estudos e relatórios que embasem as referidas análises".

RESPOSTA À PERGUNTA 7

22. De janeiro a julho de 2020, os dados estatísticos de comércio exterior (Agrostat) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indicam

Fls. 26 do Ofício N° *702* G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

exportações do agronegócio da ordem de US\$ 61,19 bilhões, resultado 9,17% superior ao do mesmo período de 2019 e 3,78% maior que o do mesmo período de 2018.

23. Diante dessa tendência de crescimento, em valor, das exportações brasileiras de produtos agropecuários entre os anos de 2020 e 2019, não se verifica qualquer indício de impacto supostamente deletério da política ambiental brasileira ao comércio exterior do agronegócio, no período. As estatísticas de investimento estrangeiro direto (IED) tampouco indicam qualquer impacto negativo decorrente da política ambiental brasileira. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (World Investment Report), o fluxo de IED para o Brasil elevou-se de US\$ 60 bilhões, em 2018, para US\$ 72 bilhões, em 2019, ou seja, crescimento de 20,4%. Em 2019, o Brasil passou de 9º a 6º maior destino de IED no mundo. É também o principal receptor na América Latina e o 2º entre países em desenvolvimento, atrás apenas da China.

24. No Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia e no Acordo de Livre de Comércio entre o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio, há capítulo específico sobre comércio e desenvolvimento sustentável, que reforça compromissos multilaterais das Partes, incluindo o Brasil, em matéria trabalhista e ambiental, a exemplo das Convenções Internacionais do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Acordo de Paris

Fls. 27 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

sobre a Mudança do Clima. Ambos os parceiros reconhecem as credenciais ambientais e trabalhistas do Brasil e dos outros países membros do MERCOSUL e o fato de que a ratificação dos acordos contribuirá para o alcance dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

PERGUNTA 8

"Este Ministério possui avaliações sobre os impactos da política ambiental brasileira sobre a tramitação do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia? Em caso afirmativo, favor detalhá-las e enviar estudos e relatórios que embasem as referidas análises."

RESPOSTA À PERGUNTA 8

25. O Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia tem dois pilares, um político e de cooperação e outro comercial. No primeiro, constam diversos compromissos das partes em matéria ambiental, social e trabalhista, ao passo que do segundo consta o capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável mencionado na resposta à pergunta anterior. Cabe destacar o fato de que tal capítulo contém o "princípio da precaução", segundo o qual, havendo indícios objetivos de que uma atividade possa acarretar danos irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de certeza científica absoluta não deve ser utilizada como razão para postergar

medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação. O Acordo estabelece, ademais, mecanismos de diálogo e cooperação a respeito de todos esses temas.

26. As alegações de que o Acordo poderia estimular desmatamento na Amazônia não têm fundamento, tanto é que a Comissão Europeia celebrou a conclusão das negociações passados 20 anos de seu início. De acordo com dados da própria Comissão, as quotas de carne bovina (99 mil toneladas, equivalente a 0,9% do que o Brasil produz anualmente) e de aves (180 mil toneladas, cerca de 1,3% da produção brasileira) concedidas ao MERCOSUL representam 1,2% do consumo comunitário anual; as 180 mil toneladas de açúcar (quota OMC, cerca de 0,62% da produção brasileira) que terão sua tarifa zerada em virtude do acordo correspondem a 1% do consumo comunitário anual e a quota de etanol (650 mil, cerca de 1,83% da produção brasileira em 2019) também equivale a apenas 1% do consumo comunitário anual (somente 0,5% do consumo, no caso do etanol combustível). O setor agrícola brasileiro tem plena capacidade de atender à demanda europeia com seus atuais níveis de produção. Além disso, as tarifas para os produtos do complexo da soja já estavam zeradas antes do acordo, de modo que o instrumento tampouco poderia gerar incentivo à abertura de novas áreas para plantio.

27. A União Europeia também tem conhecimento de que o governo brasileiro lançou, em 23 de agosto de 2019, sua primeira Operação de Garantia de

Fls. 29 do Ofício N° 702 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

Lei da Ordem ("Verde Brasil") e, em primeiro de maio de 2020, sua segunda edição ("Verde Brasil 2"), com o fim de reforçar sua atuação na prevenção e no combate a queimadas na região amazônica.

PERGUNTA 9

"O Itamaraty coordena sua atuação internacional na área ambiental com o Ministério do Meio Ambiente ou algum outro órgão governamental? A ausência de um Diretor no Departamento de Temas Globais e Organismos Multilaterais do Ministério do Meio Ambiente possui impactos nas relações internacionais brasileiras?"

RESPOSTA À PERGUNTA 9

28. O Itamaraty trabalha sempre em estreita e frequente coordenação com o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e demais órgãos da administração pública responsáveis por temas ambientais. O MMA participa de reuniões de coordenação organizadas pelo MRE, além de enviar servidores como parte das delegações brasileiras que participam de reuniões em diversos mecanismos multilaterais ambientais.

29. Em relação à ausência de Diretor no Departamento de Temas Globais e Organismos Multilaterais do Ministério do Meio Ambiente, não cabe a este

Fls. 30 do Ofício N° 72 G/SG/AFEPA/SASC/SGAD/PARL

Ministério pronunciar-se.

PERGUNTA 10

"Encaminhar cópias de todos os telegramas diplomáticos, orientações de voto e negociação, notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento produzido no âmbito deste Ministério e das representações brasileiras relacionados a questões ambientais e de sustentabilidade. Em caso de eventual classificação restritiva, solicita-se o envio da cópia do Termo de Classificação de Informação correspondente."

RESPOSTA À PERGUNTA 10

30. A solicitação de encaminhamento de documentos apresentada corresponde à totalidade dos expedientes produzidos em várias divisões e departamentos deste Ministério, com ausência de limite temporal ou de escopo que permita pesquisa viável para atender a consulta em apreço.

Atenciosamente,



Ernesto Araújo
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ANEXO I
Conferência de Madri sobre Mudança do Clima (COP 25)
Delegação Brasileira Acreditada

- Ricardo de Aquino Salles, Ministro, Ministério do Meio Ambiente, Segmento de Alto Nível
- Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior, Ministro, Ministério das Minas e Energia, Segmento de Alto Nível
- José Vicente Santini, Secretário-Executivo, Casa Civil, Segmento de Alto Nível
- Pompeu Andreucci Neto, Embaixador do Brasil em Madri, Embaixada do Brasil em Madri, Segmento de Alto Nível
- Fabio Mendes Marzano, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Ministério das Relações Exteriores, Segmento de Alto Nível
- Roberto Castelo Branco Coelho de Souza, Secretário de Relações Internacionais, Ministério do Meio Ambiente, Segmento de Alto Nível
- Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Demartamento de Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, Chefia da equipe negociadora
- Felipe Rodrigues Gomes Ferreira, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Negociações
- Gustavo Gerlach da Silva Ziemath, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Segmento de Alto Nível
- João Soares Viana Neto, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Segmento de Alto Nível
- Lucas Oliveira Barbosa Lima, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Negociações
- Luiz de Andrade Filho, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Negociações
- Marco Túlio Cabral, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Negociações
- Mariana Marshall Parra, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Segmento de Alto Nível
- Marina Carrilho Soares, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Negociações
- Paulo Cezar Rotella Braga, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Negociações
- Renato Domith Godinho, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores, Segmento de Alto Nível
- Adriana Brito da Silva, Assessora, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Adriano Santhiago de Oliveira, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Alexandra Costa, Assessora, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Eduardo Lunardelli Novaes, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Gustavo José Batista de Amaral, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Hugo Mendes, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Joaquim Alvaro Pereira Leite, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Marcelo Donnini Freire, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Marta Lisli Ribeiro de Moraes Giannichi, Assessora, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Michelle Muniz, Assessora, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Nelcilandia Oliveira, Assessora, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Rafael Brito Pereira, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Thiago Gil Barreto Barros, Assessor, Ministério do Meio Ambiente, Negociações
- Andréa Nascimento de Araújo, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Danielly Godiva Santana Molleta, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Lidiane Rocha de Oliveira Melo, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Marcela Cristina Rosas Aboim Raposo, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Marcelo Theoto Rocha, Assessor, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações

- Carlos Camilo Góes Capiberibe, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Ederson Dal Molin, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Edilazio Gomes da Silva Júnior, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Joenia Batista de Carvalho, Deputada Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- José Silva Soares, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- José Vitor de Rezende Aguiar, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Maria Betânia Almeida Medeiros, Deputada Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Neri Geller, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Nilto Ignácio Tutto, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Paulo Eduardo Maestri Bengston, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, Deputado Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Vanda Denir Milani Nogueira, Deputada Federal, Câmara dos Deputados, Segmento de Alto Nível
- Gladson de Lima Cameli, Governador, Governo do Estado do Acre, Segmento de Alto Nível
- Geraldo Israel Milani de Nogueira, Secretário de Meio Ambiente, Governo do Estado do Acre, Segmento de Alto Nível
- Iraci Magalhães Messias Coelho, Assessora, Governo do Estado do Acre, Segmento de Alto Nível
- Silvania Maria Pinheiro da Silva Diniz, Secretário de Comunicação, Governo do Estado do Acre, Segmento de Alto Nível
- José Ribamar Trindade de Oliveira, Secretário da Casa Civil, Governo do Estado do Acre, Segmento de Alto Nível
- Antonio Waldez Goes da Silva, Governador, Governo do Estado do Amapá, Segmento de Alto Nível
- Robério Aleixo Anselmo Nobre, Secretário de Meio Ambiente, Governo do Estado do Amapá, Segmento de Alto Nível
- Eduardo Correa Tavares, Secretário de Planejamento Urbano, Governo do Estado do Amapá, Segmento de Alto Nível
- Gilberto Ubaiara Rodrigues, Secretário de Comunicação, Governo do Estado do Amapá, Segmento de Alto Nível
- Wilson Miranda Lima, Governador, Governo do Estado do Amazonas, Segmento de Alto Nível
- Eduardo Costa Taveira, Secretário de Meio Ambiente, Governo do Estado do Amazonas, Segmento de Alto Nível
- Adriano Mendonça Ponte, Secretário de Relações Internacionais e Federativas, Governo do Estado do Amazonas, Segmento de Alto Nível
- Luiz Henrique Piva, Assessor, Governo do Estado do Amazonas, Segmento de Alto Nível
- João Carlos Oliveira da Silva, Secretário de Meio Ambiente, Governo do Estado da Bahia, Segmento de Alto Nível
- Eduardo Farias Topázio, Assessor, Governo do Estado da Bahia, Segmento de Alto Nível
- Márcia Cristina Telles de Araújo Lima, Assessora, Governo do Estado da Bahia, Segmento de Alto Nível
- Germano Luiz Gomes Vieira, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governo do Estado de Minas Gerais, Segmento de Alto Nível

- Francisco Gonçalves da Conceição, Secretário de Direitos Humanos e Participação, Governo do Estado do Maranhão, Segmento de Alto Nível
- Bruno Ricardo Castro Lacerda, Assessor, Governo do Estado do Maranhão, Segmento de Alto Nível
- Mauren Lazzaretti, Secretária de Meio Ambiente, Governo do Estado do Mato Grosso, Segmento de Alto Nível
- Alex Sandro Antonio Marega, Assessor, Governo do Estado do Mato Grosso, Segmento de Alto Nível
- Helder Zahluth Barbalho, Governador, Governo do Estado do Pará, Segmento de Alto Nível
- José Mauro de Lima O' de Almeida, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Governo do Estado do Pará, Segmento de Alto Nível
- Everton Vieira Vargas, Embaixador, Assessor do governador, Governo do Estado do Pará, Segmento de Alto Nível
- Vera Lúcia Alves de Oliveira, Assessora, Governo do Estado do Pará, Segmento de Alto Nível
- Raul Protázio Romão, Assessor, Governo do Estado do Pará, Segmento de Alto Nível
- José Antônio Bertotti Junior, Secretário de Meio Ambiente, Governo do Estado de Pernambuco, Segmento de Alto Nível
- Elias Rezende de Oliveira, Secretário de Desenvolvimento Ambiental, Governo do Estado de Rondônia, Segmento de Alto Nível
- Emerson Carlos Baú, Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Governo do Estado de Roraima, Segmento de Alto Nível
- Ionilson Sampaio de Souza , Assessor, Governo do Estado de Roraima, Segmento de Alto Nível
- Marcos Rodrigues Penido, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Governo do Estado de São Paulo, Segmento de Alto Nível
- Afonso Emílio de Alencastro Massot, Embaixador, Secretário de Relações Internacionais, Governo do Estado de São Paulo, Segmento de Alto Nível
- Gabriela Redona Chiste, Assessora, Governo do Estado de São Paulo, Segmento de Alto Nível
- Benedito Braga, Presidente, SABESP, Segmento de Alto Nível
- Márcio Rea, Diretor, EMAE, Segmento de Alto Nível
- Patrícia Iglesias, Presidente, CETESB, Interação Governo-Sociedade Civil
- Caroline Santos, Assessora, CETESB, Segmento de Alto Nível
- Josilene Ticianelli Vannuzini Ferrer, Assessora, CETESB, Segmento de Alto Nível
- Renato Jayme da Silva, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Governo do Estado de Tocantins, Segmento de Alto Nível
- Zuleica Jacira Aires Moura, Secretária Executiva, Consórcio da Amazônia Legal, Segmento de Alto Nível
- Carlos Eduardo Bessa de Sá, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa do Amazonas, Segmento de Alto Nível
- Ulysses Lacerda Moraes, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa do Mato Grosso, Segmento de Alto Nível
- Aluizio Leite Paredes, Assessor, Assembleia Legislativa do Mato Grosso, Segmento de Alto Nível
- Noraldino Lucio Dias Junior, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Segmento de Alto Nível
- Melchior Naelson Batista da Silva, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa da Paraíba, Segmento de Alto Nível
- Kelps de Oliveira Lima, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Segmento de Alto Nível
- Cláudia Telles Menezes Pires M Lelis, Deputada Estadual, Assembleia Legislativa de Tocantins, Segmento de Alto Nível

- Olyntho Garcia de Oliveira Neto, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa de Tocantins, Segmento de Alto Nível
- Ricardo Ayres de Carvalho, Deputado Estadual, Assembleia Legislativa de Tocantins, Segmento de Alto Nível
- Maria Teresa Saenz Surita Guimarães, Prefeita, Prefeitura de Boa Vista, Segmento de Alto Nível
- Fernanda de Souza Hassem Cesar, Prefeita, Prefeitura de Brasileia, Segmento de Alto Nível
- Rosario de Fatima Chaves, Prefeita, Prefeitura de Cururupu, Segmento de Alto Nível
- Clécio Luis Vilhena Vieira, Prefeito, Prefeitura de Macapá, Segmento de Alto Nível
- Paulo Pombo Tocantins, Prefeito, Prefeitura de Paragominas, Segmento de Alto Nível
- Geraldo Julio de Mello Filho, Prefeito, Prefeitura de Recife, Segmento de Alto Nível
- Antonio Fernando Cruz de Mello, Embaixador, Assessor Internacional, Prefeitura do Rio de Janeiro, Segmento de Alto Nível
- Débora Luzinete de Almeida Severo, Prefeito, Prefeitura de São Bento do Una, Segmento de Alto Nível
- Luiz Álvaro Salles de Aguiar Menezes, Secretário de Relações Internacionais, Prefeitura de São Paulo, Segmento de Alto Nível
- Oswaldo dos Santos Lucon, Coordenador-Executivo, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Interação Governo-Sociedade Civil
 - Silvana Bernardini Cury Morello, Coordenadora-Executiva Adjunta, Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Interação Governo-Sociedade Civil
 - Sergio Gusmao Suchodolski, Diretor-Presidente, BNDES, Eventos Paralelos
 - Julio Costa Leite, Superintendente, BNDES, Eventos Paralelos
 - Leonardo Lelis Leão, Superintendente, BNDES, Eventos Paralelos
 - Petrônio Duarte Cançado, Diretor, BNDES, Eventos Paralelos
 - Angela Albernaz Skaf, Gerente, Fundo Amazônia, Eventos Paralelos
 - Luciene Ferreira Monteiro Machado, Gerente, BNDES, Eventos Paralelos
 - Nabil Moura Kadri, Gerente, Fundo Amazônia, Eventos Paralelos
 - Raphael Duarte Stein, Gerente, Fundo Amazônia, Eventos Paralelos
 - Luiz Felipe Kraemer Carbonell, Diretor, Itaipu Binacional, Eventos Paralelos
 - Monica Messenberg Guimarães, Assessora, CNI, Eventos Paralelos
 - Davi Bontempo, Assessor, CNI, Eventos Paralelos
 - Mateus Moraes Tavares, Assessor, SENAR, Eventos Paralelos
 - Fábio Nogueira de Avelar Marques, Sociedade Civil, Eventos Paralelos
 - Inacio Cavalcante Melo Neto, Sociedade Civil, Eventos Paralelos

- Márcio Rojas da Cruz, Assessor, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Régis Rathmann, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt, Assessora, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Negociações
- Lincoln Muniz Alves, Pesquisador, Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, Negociações
- Fernanda Garcia Sampaio, Assessora, Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Negociações
- Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães, Assessora, Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Negociações
- João Francisco Adrien Fernandes, Assessor, Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Negociações
- Sidney Almeida Filgueira de Medeiros, Auditor Fiscal Agropecuário, Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Negociações
- Eleneide Doff Sotta, Pesquisadora, Embrapa, Negociações
- Giampaolo Queiroz Pellegrino, Pesquisador, Embrapa, Negociações
- Gustavo Barbosa Mozzer, Pesquisador, Embrapa, Negociações
- Jorge Hargrave Goncalves da Silva, Assessor, Ministério da Economia, Negociações
- Raquel Breda dos Santos, Assessora, Ministério da Economia, Negociações
- Paulo Roberto Soares Pacheco, Embaixador, Assessor Internacional, Ministério das Minas e Energia, Segmento de Alto Nível
- Valéria de Jesus Rodrigues Souza, Assessora, Ministério das Minas e Energia, Segmento de Alto Nível
- Adriano de Souza Azevedo, Assessor, Presidência da República, Negociações
- Bruno Batista Rodrigues Pereira, Assessor, Presidência da República, Negociações
- Lília de Souza Magalhães, Assessor, Presidência da República, Negociações
- Marcelo Donnabella Bastos Elias, Assessor, Presidência da República, Negociações
- Pedro Nascimento Silveira, Assessor, Presidência da República, Negociações
- Adriano Silva Pucci, Ministro-Conselheiro, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Maurício Fernando Dias Fávero, Ministro-Conselheiro, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Alexandre Mendes Nina, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Caio Flávio de Noronha e Raimundo, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Carlos Ribeiro Santana, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Karina Carneiro Morais, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- Marlly Mello Abelha, Diplomata, Embaixada do Brasil em Madri, Apoio à Delegação
- José Carlos Martins da Cunha, Adido Civil, Embaixada do Brasil em Madri, Segmento de Alto Nível
- Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio, Militar, Adidância da Embaixada do Brasil em Madri, Segmento de Alto Nível
- Davi Samuel Alcolumbre Tobelem, Presidente do Senado, Senado, Segmento de Alto Nível
- Eliziane Pereira Gama Melo, Senador, Senado, Segmento de Alto Nível
- Fabiano Contarato, Senador, Senado, Segmento de Alto Nível
- Jaques Wagner, Senador, Senado, Segmento de Alto Nível
- Luiz Osvaldo Pastore, Senador, Senado, Segmento de Alto Nível
- Randolph Frederich Rodrigues Alves, Senador, Senado, Segmento de Alto Nível
- Lucas Coelho Brandão, Chefe de Gabinete, Senado, Segmento de Alto Nível
- Amable González López, Fotógrafo, Senado, Segmento de Alto Nível

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR
SETOR DE GESTÃO / DP**

Unidade	Carreira	Cargo	Servidor	Assunção	Dispensa
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	DIP	C-QE	Tarcisio Lumack de Moura	05/11/2018	29/01/2019
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	DIP	PS	Aloisio Barbosa de Sousa Neto	16/08/2018	29/01/2019
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	DIP	PS	Renato Barros de Aguiar Leonardi	29/11/2018	29/01/2019
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	OFCHAN	OC	Adriana Siqueira Cardoso	25/01/2016	29/01/2019
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	OFCHAN	OC	Maria Gorete Batista da Silva de Mene	28/11/2018	13/01/2019
SGAET - Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia	ACHAN	AC	Ubiraci Tupinamba Reis Bastos	19/12/2017	17/02/2019
DESA - Departamento para a Sustentabilidade Ambiental	DIP	MPC	Reinaldo José de Almeida Salgado	22/11/2016	22/01/2019
DESA - Departamento para a Sustentabilidade Ambiental	DIP	PS	Adriano Botelho	01/02/2018	29/01/2019
DEMA - Divisão do Meio Ambiente	DIP	PS	Luciana Melchert Saguas Presas	06/02/2017	29/01/2019
DEMA - Divisão do Meio Ambiente	DIP	TS	Arthur Cesar Lima Naylor	22/01/2018	29/01/2019
DEMA - Divisão do Meio Ambiente	DIP	TS	Igor Andrade Vidal Barbosa	12/03/2018	29/01/2019
DMAE - Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço	DIP	C	Rodrigo Mendes Carlos de Almeida	04/08/2014	05/08/2019
DMAE - Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço	OFCHAN	OC	Marina Batista Franco	19/10/2017	18/02/2019
DCLIMA - Divisão da Mudança do Clima	DIP	C	Paulo José Chiarelli Vicente de Azevedo	06/12/2017	29/01/2019
DCLIMA - Divisão da Mudança do Clima	DIP	PS	Patrícia Soares Leite	20/03/2017	29/01/2019
DCLIMA - Divisão da Mudança do Clima	DIP	PS	Paulo Cesar Rotella Braga	25/01/2018	29/01/2019
DCLIMA - Divisão da Mudança do Clima	DIP	TS	Luiz de Andrade Filho	23/01/2015	29/01/2019
DCLIMA - Divisão da Mudança do Clima	DIP	TS	Marina Carrilho Soares	11/04/2018	29/01/2019
DIPS - Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável	DIP	C	Nicola Speranza	18/01/2018	29/01/2019
DIPS - Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável	DIP	PS	Débora Pereira da Silva	23/10/2017	29/01/2019
DIPS - Divisão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável	DIP	TS	Vinícius Fox Drummond Cançado Trind	05/08/2016	29/01/2019
Legenda					
DIP - Diplomata	OFCHAN - Oficial de Chancelaria				
MPC - Ministro de Primeira Classe	OC - Oficial de Chancelaria				
MSC - Ministro de Segunda Classe	ACHAN - Assistente de Chancelaria				
C - Conselheiro	AC - Assistente de Chancelaria				
C-QE - Conselheiro do Quadro Especial	PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo				
PS - Primeiro Secretário	PGPEAPO - Agente de Portaria				
SS - Segundo Secretário	PGPEAR - Arquivista				
TS - Terceiro Secretário	PGPEADM - Agente Administrativo				

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

Unidade	Carreira	Cargo	Servidor	Assunção
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	DIP	MPC	Fabio Mendes Marzano	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	DIP	C	Geraldo Cordeiro Tupyrambá	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	DIP	PS	Francisco Jeremias Martins Neto	17/05/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	DIP	TS	Gustavo Gerlach da Silva Ziemath	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	OFCHAN	OC	Beatriz Faria da Costa Pereira	20/05/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	PGPE	PGPEAPO	Emmanoel Aguiar dos Santos	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	PGPE	PGPEAPO	José de Ribamar Martins Dias	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	PGPE	PGPEAR	Jaciara Ribeiro de Araújo	30/01/2019
SASC - Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania	PGPE	PGPEADM	Maria Barboza de Andrade	23/10/2019
DMA - Departamento do Meio Ambiente	DIP	MSC	Leonardo Cleaver de Athayde	21/05/2019 Antigo DESA
DMA - Departamento do Meio Ambiente	DIP	PS	Renato Barros de Aguiar Leonardi	07/02/2019
DEMA I - Divisão do Meio Ambiente I	DIP	C	Nicola Speranza	30/01/2019 Antiga DEMA
DEMA I - Divisão do Meio Ambiente I	DIP	PS	Luciana Melchert Saguas Presas	30/01/2019 Recebeu funcionários da DCLIMA e DIPS
DEMA I - Divisão do Meio Ambiente I	DIP	TS	Arthur Cesar Lima Naylor	30/01/2019
DEMA I - Divisão do Meio Ambiente I	DIP	TS	Igor Andrade Vidal Barbosa	30/01/2019
DEMA I - Divisão do Meio Ambiente I	DIP	TS	Luiz Eduardo Andrade de Souza	06/07/2020
DEMA II - Divisão do Meio Ambiente II	DIP	C	Marco Túlio Scarpelli Cabral	09/08/2019 Antiga DEMA
DEMA II - Divisão do Meio Ambiente II	DIP	PS	Paulo Cezar Rotella Braga	30/01/2019 Recebe funcionários da DCLIMA e DIPS
DEMA II - Divisão do Meio Ambiente II	DIP	TS	Marina Carrilho Soares	30/01/2019
DEMA II - Divisão do Meio Ambiente II	DIP	TS	Priscila Liz Alves	28/03/2019
DMAE - Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço	DIP	C	Bentur Peruch Viana	08/02/2019
DMAE - Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço	DIP	PS	Thomaz Diniz Guedes	30/09/2019 Vinculada ao Departamento de Defesa (DDEF)
DMAE - Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço	ACHAN	AC	América Rodrigues Lima	04/03/2020
Legenda				
DIP - Diplomata				
MPC - Ministro de Primeira Classe				
MSC - Ministro de Segunda Classe				
C - Conselheiro				
CQE - Conselheiro do Quadro Especial				
PS - Primeiro Secretário				
SS - Segundo Secretário				
TS - Terceiro Secretário				
PGPEADM - Agente Administrativo				
OFCHAN - Oficial de Chancelaria				
OC - Oficial de Chancelaria				
ACHAN - Assistente de Chancelaria				
AC - Assistente de Chancelaria				
PGPE - Píano Geral de Cargos do Poder Executivo				
PGPEAPO - Agente de Portaria				
PGPEAR - Arquivista				